

Antônio Monteiro no Brasil (1945-1949): Uma breve passagem mas com resultados duradouros¹

Antonio Augusto Passos Videira (UERJ-Brasil)
guto@cbpf.br

Situação Insustentável

Após uma espera angustiante de pouco mais de 15 meses, Antônio Aniceto Ribeiro Monteiro (1907-1980) e sua família chegaram ao Brasil em março de 1945. Logo após ser comunicado que o seu contrato como professor de matemática com a Faculdade Nacional de Filosofia, localizada no Rio de Janeiro, havia sido aprovado, Monteiro começou a se preparar para deixar, o quanto antes, o seu país natal. Vendeu a sua casa, tirou os seus filhos da escola e desfez-se de tudo aquilo que não seria necessário naquela nova fase da sua vida, a qual deveria significar, acima de tudo, a possibilidade de se dedicar à sua ciência num ambiente apropriado e estável.

O contrato de Monteiro tinha sido conseguido por Guido Beck, o qual, ainda em Portugal, vinha tentando conseguir um lugar numa universidade para o primeiro. Em seus esforços, o físico austríaco contou com a ajuda de Gleb Wataghin, físico italiano de origem russa, que trabalhava desde 1934 na Universidade de São Paulo (FIGS. 1 e 2).

¹) Palestra proferida no Colóquio Antônio Aniceto Monteiro (no centenário do seu nascimento), realizado no Museu de Ciência da Universidade de Lisboa, nos dias 4 e 5 de junho de 2007.

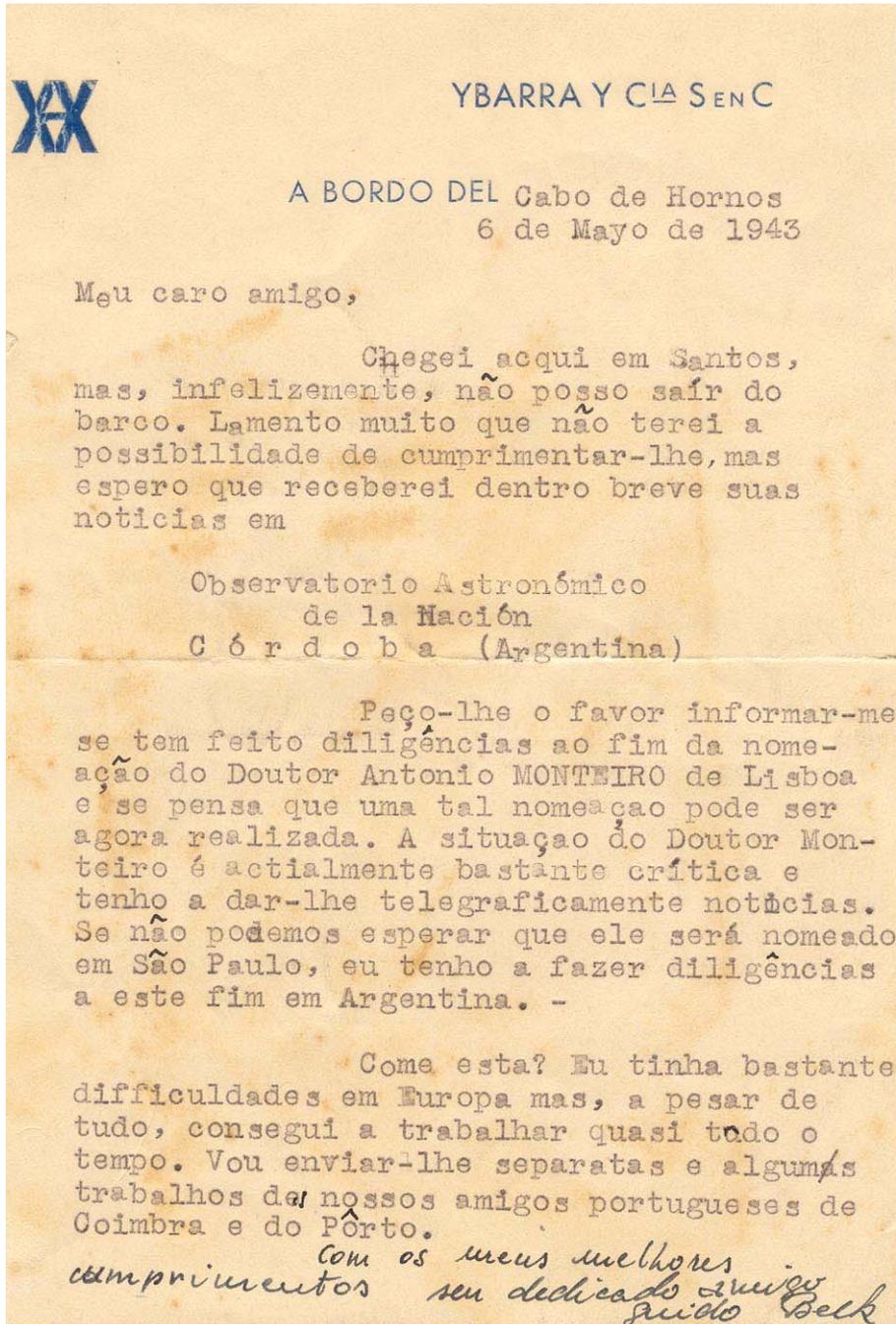


Figura 1: Carta de Beck para Wataghin, escrita no Porto de Santos e a bordo do navio que o levou para Buenos Aires em maio de 1943 (arquivo do Instituto de Física da USP).

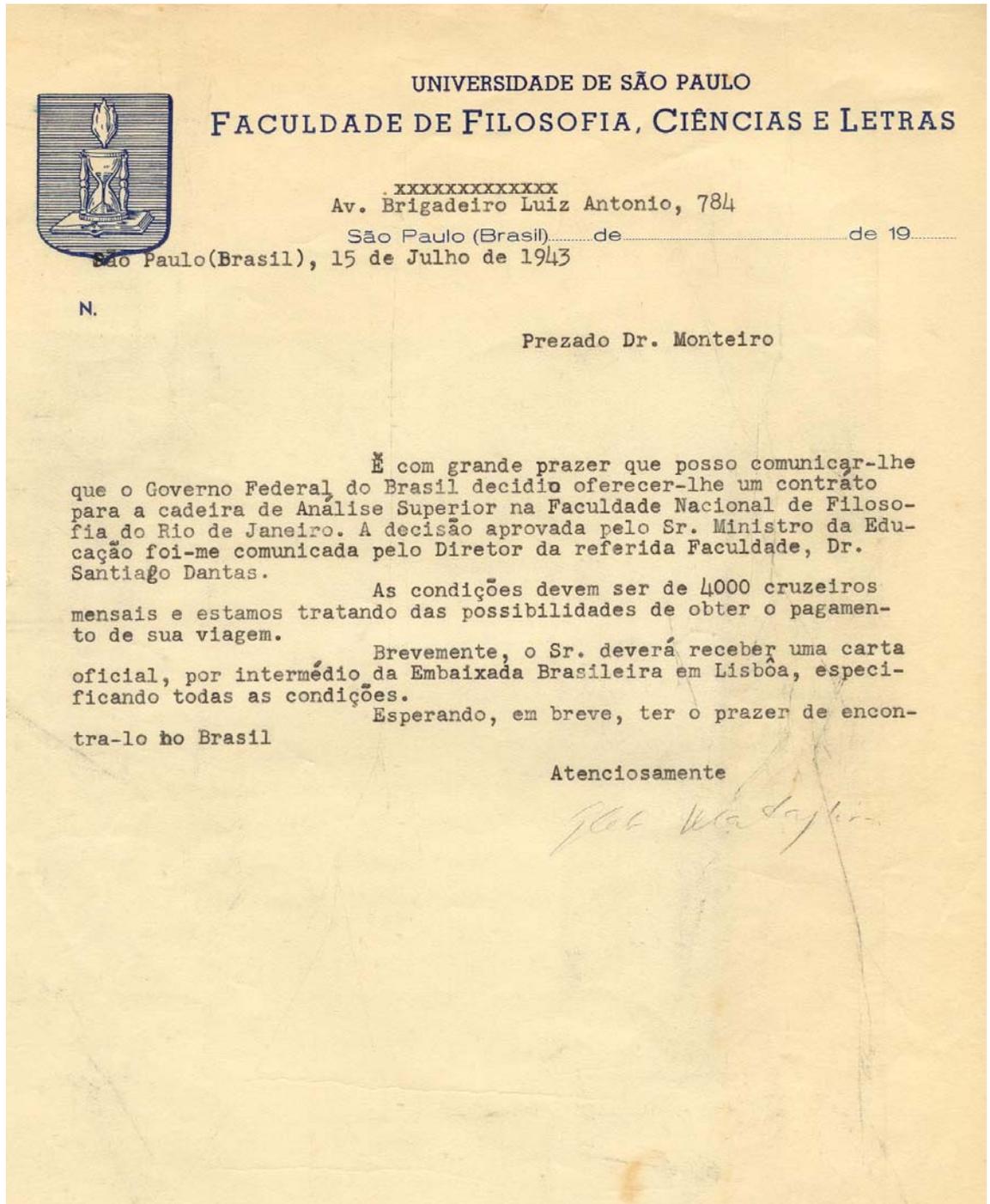


Figura 2: Carta de Wataghin para Monteiro (arquivo do Instituto de Física da USP).

Como se sabe, as coisas não se passaram como Monteiro planejou e desejou. Por razões que nunca chegou a compreender exatamente, ele teve que aguardar durante longos quinze meses em Portugal para receber do governo brasileiro o visto para emigrar, bem como as passagens para a viagem. Durante todo esse longo período, Monteiro tentou dar continuidade às suas atividades, isto é, dedicou-se ao ensino e à

pesquisa em matemática, tal como vinha fazendo desde o seu retorno da França poucos anos antes. Mesmo tendo indagado as autoridades consulares brasileiras em Portugal, a fim de entender a sua situação, Monteiro não conseguiu descobrir quais foram os obstáculos que o impediram de embarcar (FIG. 3). Sem o saber, o matemático português começava a conviver com as “particularidades” da burocracia brasileira. Mais tarde, já no Brasil, Monteiro teve novamente que enfrentá-la.



Figura 3: Rui Ribeiro Couto, diplomata e escritor brasileiro, primeiro secretário da embaixada brasileira em Lisboa à época em que Monteiro tentava emigrar para o Brasil.

Interessado em compreender as razões que obrigaram os Monteiros a permanecer em Portugal por tanto tempo, procurei descobrir quais foram os motivos que os retiveram. Por exemplo, haveria, já na altura da saída de Monteiro, alguma dificuldade de ordem política? No entanto, não fui capaz de, pesquisando em arquivos localizados na cidade do Rio de Janeiro, encontrar algo nesse sentido. Até onde sou capaz de perceber as dificuldades encontradas por Monteiro originaram-se principalmente no interior da própria Universidade do Brasil, seu futuro local de trabalho.

Segundo o regimento dessa universidade, não era permitido contratar professores para aquelas disciplinas que já tivessem regentes, mesmo que estes fossem interinos. O contrato de Monteiro determinava que ele seria professor para a disciplina de Análise. Esta matéria, desde o início da década de 1940, encontrava-se sob a responsabilidade de um outro professor: José Abdelhay, que não era catedrático, mas, sim, interino. Aliás, a grande maioria dos professores da Universidade do Brasil estavam nessa situação, sendo que não foram poucos os que assim permaneceram por vários anos.² O catedrático responsável pela disciplina em questão era José da Rocha Lagôa. Como veremos adiante, entre as – prováveis - causas, não apenas da demora

²) Um outro célebre exemplo de interinidade é o do Professor de Mecânica Racional, Plínio Sussekind Rocha (1911-1971).

para a saída de Monteiro de Portugal, mas também para a impossibilidade da sua permanência no Brasil, estavam Rocha Lagôa e a guerra interna dos concursos que acompanhou toda a existência da Universidade do Brasil até a sua extinção ao final da década de 1960.

Apesar da demora em se transferir para o Brasil, Monteiro encontrava-se animado ao chegar àquele país. As dificuldades iniciais que teve que enfrentar – doença e os altos preços dos aluguéis das moradias – não o desanimaram a ponto de comprometer o entusiasmo que ele normalmente emprestava às suas ações. Mais importantes que as duas razões acima mencionadas, o que verdadeiramente incomodou Monteiro foi o pouco tempo de que dispôs para preparar o seu curso. Em carta, a segunda que escrevia, e endereçada àquele que foi o principal responsável pela sua saída de Portugal, o também emigrado Guido Beck (FIG. 4), Monteiro afirmava:

“Cheguei na abertura do ano escolar. Como não tinha nada preparado de antemão, fui obrigado a fazer um esforço considerável.” (Fitas & Videira 2004, p. 206)

O esforço realizado impedia-o, por exemplo, de conhecer a cidade. Reconhecendo que as condições da universidade não eram as melhores, por exemplo, faltavam revistas de matemática na biblioteca, Monteiro dizia que o ambiente na faculdade era simpático e agradável. Finalmente, quase ao final desta primeira carta das muitas que trocou com Beck ao longo do seu período brasileiro, Monteiro informava: “Encontrei grandes mudanças no Brasil.”



Figura 4: Beck na década de 1920.

Pregado Piorun Gleb Nataglin.

Depois de lhe ter ocasionado tantos incómodos depus finalmente ao Rio de Janeiro.

O que têm sido a minha vida n'este ultimo tempo, só de nova voz lhe poderei contar.

Espero ir no mês de julho a São Paulo e terei então a oportunidade, que tanto desejo, para lhe agradecer, pessoal mente, todas as atenções que lhe eston levando e todo o interesse que manifestou pela minha vida para o Brasil.

Encontrei na Faculdade Nacional de Filosofia do Rio um ambiente extremamente simpatico. Os meus de trabalho são muito reduzidos, mas tenho espouços de que a distração se pode achar dentro de pouco tempo.

O facto de ter chegado e depois do inicio dos aulas, terei-me dirigido a um trabalho muito intenso e nao me permitindo tmeu um contacto mais intimo com o meio.

No Rio ~~estou~~ ainda só comego o caminho de casa para a Faculdade.

Tenho trabalhado na organização do curso de Análise e na preparação

de colóquios de seminários que estou fazendo.
 O assunto escolhido para este ano foi
 o Cálculo Topológico.

Meus filhos estão-se adaptando ao novo
 ambiente escolar sem grande dificuldade.

O professor Lou P. go Dauter acaba de
 deixar a direção da Faculdade de Filosofia
 tendo sido substituído pelo professor
 Ojalme Hamelmann.

Esperando, em breve, o prazer de o
 conhecer pessoalmente, envio-lhe, com as
 mais repetidas saudações, a expressão
 do meu profundo reconhecimento

Sebastião Monteiro

Carta de Monteiro para Wataghin, na qual agradece o empenho deste último em prol da sua contratação como professor na Universidade do Brasil (arquivo do Instituto de Física da USP).

Universidades e Reformas

De fato, naquele mês de julho, já era possível perceber que o Brasil passaria por grandes transformações num curto período de tempo. As mudanças mais importantes, e que ocupavam o centro das atenções de praticamente todo o país, diziam respeito às dificuldades enfrentadas por Getúlio Vargas (1882-1954) em manter-se à frente do governo na qualidade de presidente da República. A partir do momento em que ficou evidente que o fim da Segunda Guerra Mundial com a derrota dos regimes facistas europeus era apenas uma questão de tempo, muitos setores da sociedade brasileira intensificaram os seus esforços para afastá-lo definitivamente do cargo. Publicamente, dizia-se que não fazia sentido manter um regime autoritário depois do país ter lutado contra as potências facistas. Reconhecendo que a sua situação era difícil, Vargas, em março de 1945, o mesmo mês da chegada de Monteiro ao Brasil, prometeu em discurso realizar em breve eleições diretas para todas as instâncias dos governos federal e estaduais. Na verdade, ao prometer a realização próxima de eleições, Vargas queria ganhar tempo, uma vez que o seu objetivo era preservar-se na presidência da República. Tal intenção deu origem ao chamado movimento queremista (“Nós queremos Vargas na Presidência.”), que defendia a sua permanência como chefe do Estado (FIG. 5). Como se sabe, isso não foi possível e, ao final de outubro de 1945, Vargas foi deposto pelos militares.



Figura 5: Vargas discursando ao final do seu primeiro à frente da Presidência da República.

Para além das inevitáveis transformações políticas, o Brasil daquela época sofria o impacto da consolidação do poder dos Estados Unidos da América, já unguídos à condição de principal potência ocidental. Para aquele país, era fundamental que as mudanças no cenário político interno brasileiro não implicassem uma perda, ou mesmo uma diminuição, da influência que exerciam desde há algum tempo e que intensificaram com a guerra. De modo algum, seria, por exemplo, admissível que o Brasil continuasse a promover uma política nacionalista promotora de um desenvolvimento econômico e social autônomo, que a afastasse da zona de influência dos EUA, o que vinha progressivamente acontecendo desde que Vargas chegar ao poder em outubro de 1930.

Naquilo que diz respeito à vida acadêmica no Brasil, a influência norte-americana, ainda que presente nos financiamentos da Fundação Rockefeller na área da saúde pública, não era determinante, pelo menos até aquele momento (FIG. 6). Aliás, foi o universo acadêmico, que, ao longo daqueles anos, mais persistentemente procurou elaborar e praticar uma política pautada na construção das condições necessárias para a

autonomia. Para a maioria dos (poucos cientistas) e professores universitários brasileiros, já era evidente que sem apoio à ciência e sem uma estrutura universitária capaz de abrigá-la não seria possível ao Brasil prosperar. Foram precisamente nos anos que Monteiro passou no Rio de Janeiro que a comunidade científico-universitária brasileira construiu o seu ideário político-pedagógico-científico, bem como elaborar as políticas necessárias para implementá-lo, e que permaneceram vivos no mundo acadêmico até o final do século passado.



Figura 6: Da esq. para a dir.: Nelson Rockefeller, o embaixador americano no Brasil e o Gal. Pedro Góis Monteiro (início da década de 1940, provavelmente).

O tema mais aceito por aqueles cientistas e professores favoráveis a uma profissionalização da ciência no país, dizia respeito à necessidade de se reformar profundamente a estrutura universitária, ao mesmo tempo, em que deveria aumentar substancialmente o apoio financeiro do estado brasileiro. Em meados da década de 1940, o Brasil contava com algumas poucas universidades. As duas mais importantes eram a Universidade de São Paulo (USP), criada em 1934 pela elite paulista de modo a fazer valer os seus ideais e objetivos frente ao governo federal, e a Universidade do

Brasil, fundada em 1939 pelo Ministério de Educação e Cultura como o modelo a ser implantado por todo o território nacional. De acordo com as diretrizes centralizadoras, autoritárias e nacionalistas da política do primeiro governo Vargas entre 1930 e 1945, caberia ao governo federal determinar os princípios pedagógicos e os conteúdos disciplinares a serem transmitidos aos jovens universitários. A política universitária brasileira durante todo esse período ficou sob a responsabilidade do Ministério da Educação, chefiado por Gustavo Capanema (1900-1985), entre 1934 e 1945 (FIG. 7). Somente após a deposição de Vargas, é que foi possível começar a implantar algumas reformas, principalmente na Universidade do Brasil, onde a situação, quando comparada à USP, era pior.



Figura 7: Gustavo Capanema, de terno escuro, por ocasião de cerimônia oficial de inauguração de um retrato seu (provavelmente início da década de 1940).

Diferentemente do que acontecia na universidade paulista, na qual havia um certo incentivo oficial à pesquisa realizada por seus professores, na Universidade do Brasil, a pesquisa ainda era algo que só existia basicamente graças ao interesse particular daqueles que a ela se dedicavam. Em parte, as dificuldades para que a pesquisa científica fosse uma realidade efetiva em toda a Universidade do Brasil pode

ser explicada pelo fato de que não era evidente a identidade do profissional que ela deveria formar. Deveria este ser o licenciado, destinado ao magistério, ou o bacharel, que deveria saber aliar ensino e pesquisa? A tensão bacharelado versus licenciatura não chegou a ser resolvida naquele período.

Onde pesquisar?

Em 16 de novembro de 1948, por ocasião da sua posse como catedrático de Física Teórica e Superior da Faculdade Nacional de Filosofia, o pernambucano José Leite Lopes (1918-2006) (Figura 8) descrevia o seu ponto de vista acerca da situação vivida por aquela instituição. Suas palavras foram então as seguintes:

“É mesmo amargo e melancólico quando comparamos a estrutura fundamental e o funcionamento desta [a Universidade do Brasil] com o das universidades dos países europeus e dos Estados Unidos da América. E, enquanto nos comprazemos em realizar verdadeiras batalhas verbais em torno de especulativas, abstratas e quase sempre retóricas concepções de universidade, de apriorísticos espíritos universitários, os problemas e as dificuldades de ordem concreta que se antepõem à boa marcha dos próprios trabalhos universitários são relegados a plano secundário, deixando, em consequência, esses trabalhos num estado de asfixia quase permanente.” (Lopes 1998, pp. 32-33)

Logo em seguida, Leite Lopes atingia o cerne daquele que parecia ser, para ele, o principal obstáculo:

“Nesta altura da vida dos povos que têm cultura e civilização, universidade é, **antes e acima de tudo**, um corpo de professores-pesquisadores e de assistentes, **integralmente dedicados** às suas funções de ensino e pesquisa na universidade, voltados para elas, por elas absorvidos, vivendo-as em sua vida comum. (Leite Lopes, *op. cit.*, p. 33. Os negritos são meus.)



Figura 8: Cesar Lattes (1924-2005), à esq., José Leite Lopes (1918-2006) (Segunda metade da década de 1940).

Segundo Leite Lopes, uma das principais reclamações de alguns professores da então Universidade do Brasil concernia a quase impossibilidade de eles poderem se dedicar à pesquisa. Não existia remuneração salarial para esse tipo de atividade. Em média, os salários dos professores eram baixos, o que os obrigava a ter mais de um emprego. Monteiro, como descreverei mais abaixo, padeceu dos mesmos problemas.

Apesar de serem primeiramente dirigidos ao governo federal, os reclamos dos cientistas foram, curiosamente, acolhidos por uma instituição de natureza mista, uma vez que funcionava graças a capitais públicos e privados, a Fundação Getúlio Vargas (FIG. 9), localizada no Rio de Janeiro, que tornou possível a primeira inovação de monta no cenário acadêmico carioca da era pós-Vargas. Nos meses finais de 1945, alguns poucos professores, quase todos por volta dos trinta anos de idade, acreditando ser possível influenciar decisivamente o cenário brasileiro, resolveu passar a ação. Graças, principalmente, ao interesse do engenheiro e economista Paulo de Assis Ribeiro (1906-1974), que não chegou a fazer carreira universitária, essa instituição resolveu criar núcleos de física e matemática, nos quais seria possível o desenvolvimento das pesquisas que, nas universidades, eram impedidas. Tão importante quanto o desenvolvimento de pesquisas, os núcleos da Fundação Getúlio Vargas – aliás, uma instituição precipuamente voltada para questões de administração pública – deveriam ser capazes de atrair e intensificar o interesse dos jovens pela carreira de cientista.



Figura 9: O prédio, situado no bairro de Botafogo (Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro), abrigou a primeira sede da Fundação Getúlio Vargas. (s.d.)

Para Monteiro, a criação do núcleo de matemática significava uma possibilidade para fazer com que, finalmente, a situação carioca melhorasse substancialmente. Novamente em carta para Beck, datada de 10 de agosto de 1945, o matemático português escrevia:

“Para o trabalho científico acho que é preferível estar no Rio do que em São Paulo. Em São Paulo há duas vantagens: há uma biblioteca e ganha-se mais – 6.100\$00. Mesmo sem revistas e sem dinheiro gosto mais de estar no Rio.”

Esta observação é, à primeira vista, digna de atenção, pois nos parágrafos imediatamente anteriores, ele se queixava do alto custo de vida no Rio de Janeiro e do seu baixo salário, que lhe impedia de arcar com todas as suas despesas. No entanto, logo em seguida, Monteiro afirmava algo que permite que compreendamos o porquê de sua preferência: “Acho que há condições mais favoráveis para organizar um grupo de investigadores.” (Fitas & Videira 2004, p. 209) Encontramos aqui aquele que, talvez, seja o mais importante princípio norteador de toda a carreira de Monteiro: a criação de equipes de pesquisa em matemática.

Explicitada a sua preferência pela então capital federal, Monteiro continuava:

“Acabam, aliás, de criar no Rio um Instituto de Matemática (Fundação Getúlio Vargas que tem muito dinheiro) que vai contribuir bastante para a investigação em

matemática. Penso que vou encontrar muitas dificuldades, mas não perderei a coragem. É necessário continuar a insistir no trabalho de organização. Não haverá investigação sem trabalho de equipa, e sei que poderei organizar rapidamente um grupo de jovens entusiastas da investigação.

“Posso organizar uma revista da Faculdade e uma colecção de monografias matemáticas.” (Fitas & Videira 2004, p. 209. Sublinhados no original.)

Oficialmente, o responsável pelo Núcleo era o matemático e astrónomo Lélío Itapuambyra Gama (1892-1981). Lélío Gama havia ensinado, entre 1935 e 1938, matemática na Universidade do Distrito Federal, a antecessora da Universidade do Brasil, e também era responsável pelo setor de geomagnetismo do Observatório Nacional. Apesar de não ser um pesquisador produtivo, uma vez que suas responsabilidades administrativas eram grandes – poucos anos depois, em 1951, ele seria nomeado diretor do Observatório Nacional -, Lélío Gama era um entusiasta da pesquisa, além de ser muito respeitado pelos seus colegas devido ao seu equilíbrio. No entanto, seus afazeres no Observatório comprometiam sua capacidade de levar, no dia a dia, o trabalho de organização do núcleo na Fundação Getúlio Vargas. Monteiro era, dentre os poucos que restavam, o mais graduado e experiente, o que lhe permitia estar à frente dessas iniciativas. Ao lado de Lélío Gama e Monteiro, estavam Francisco Mendes de Oliveira Castro (1902-1993), Leopoldo Nachbin (1922-1993) e Maurício Matos Peixoto (FIG. 10).



Em frente ao prédio do Colégio Estadual Amaro Cavalcanti, onde funcionava a FNFi de 1939 a 1942, grupo de professores da década de 1940. Da esquerda para a direita: Alcântara Gomes, Elisa Frota Pessoa, Jayme Tiommo, Joaquim Costa Ribeiro, Luigi Sobrero, Leopoldo Nachbin, José Leite Lopes e Maurício Peixoto.

Para decepção de Monteiro e seus companheiros, a experiência na Fundação Getúlio Vargas durou pouco tempo. No ano seguinte, em 1946, já sob o Governo do General Eurico Gaspar Dutra (1882-1974), antigo Ministro da Guerra de Vargas, a Fundação resolveu acabar com aquelas iniciativas que não estavam diretamente ligadas à sua missão principal. Além do estreitamento dos laços entre os membros daquele grupo, o principal resultado do Núcleo de Matemática foi a criação da *Summa Brasiliensis Mathematica*, revista, dirigida por Monteiro, e que existiu por quase duas décadas.

Finda a curta experiência na Fundação Getúlio Vargas, era preciso continuar os esforços de construção das bases institucionais capazes de promover a pesquisa científica. A luta no interior da Faculdade Nacional de Filosofia prosseguia sem que as

resistências oferecidas por aqueles que se opunham aos ideais de Monteiro, Leite Lopes e outros fossem superadas. Ansiosos por poder, eles mesmos, desfrutar de um ambiente favorável, os físicos cariocas, em 1949, fundaram o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, também no Rio de Janeiro, e que deveria servir como local para a pesquisa nessa ciência. O CBPF, na época de sua fundação, era uma instituição civil, privada e sem fins lucrativos.

Alguns matemáticos, entre os quais Monteiro e Nachbin, participaram da fundação do CBPF, o que facilitou a obtenção do apoio necessário para suprir a ausência do Núcleo de Matemática da FGV. O problema mais grave era o de Nachbin, que não conseguia obter a realização do seu concurso para catedrático, o que lhe permitiria a sua efetivação como professor na Universidade do Brasil. A situação de Nachbin no departamento de matemática da FNFi era tão precária e conflituosa, que ele foi integrado ao departamento de física dessa universidade. Essa foi uma solução provisória, somente resolvida anos mais tarde, em 1957, com a fundação do Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA). O apoio dado pelo CBPF foi importante para que Monteiro prosseguisse com a publicação da *Summa Brasiliensis Mathematicae*.

As tentativas feitas no sentido de promover a pesquisa em instituições não estatais como a Fundação Getúlio Vargas e o CBPF explicam-se pelo fato de que a direção da Universidade do Brasil não a considerava importante. Assim, os cientistas “cariocas”, em especial, uma certa parcela dos físicos, achou necessário criar as condições para tal fora da universidade. A criação do CBPF mostra que os físicos cariocas tinham uma certa capacidade de angariar apoio em diferentes setores civis, militares, públicos e privados da sociedade carioca, talvez porque a física já atraía a atenção da opinião pública devido às duas bombas atômicas lançadas pelos Estados Unidos sobre o Japão e também porque o físico brasileiro Cesar Lattes (1924-2005) havia participado de uma importante descoberta e que pode ser considerada como marcando o nascimento da moderna física de partículas elementares: o méson π . No caso dos matemáticos, a situação era pior, uma vez que eles não atraíam tanto a atenção dos políticos e do público e, no interior do Departamento de Matemática da FNFi (FIG. 11), a sua divisão era maior do que entre os físicos. Monteiro e Nachbin não dispunham de aliados fortes – leia-se catedráticos - como era o caso dos físicos, os quais, desde o final da década de 1940, contavam com Leite Lopes e Lattes para brigar no interior da faculdade pela instalação, por exemplo, do tempo integral, uma antiga reivindicação.



Figura 11: Prédio que abrigou, entre 1943 e 1968, a antiga Faculdade Nacional de Filosofia, situada à Avenida Presidente Antônio Carlos, no centro do Rio de Janeiro (meados da década de 1960).

A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e os Concursos Universitários

O ano de 1948 é um marco importante na história da ciência no Brasil, uma vez que foi nessa ocasião que, em São Paulo, um grupo de professores e investigadores, que trabalhavam naquele estado, resolveu criar uma associação nacional com a meta explícita de defender os seus objetivos frente aos governos federal e estaduais, bem como divulgar junto à sociedade a importância da ciência. O núcleo inicial, responsável pela criação da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – a SBPC, era constituído principalmente por médicos e biólogos. Dentre os primeiros objetivos da direção da SBPC, encontrava-se a necessidade de fazer com que o governo estadual respeitasse o tempo integral, que já existia naquele estado desde meados da década de 1930, sendo para isso absolutamente necessária a manutenção das verbas públicas dirigidas à universidade.

Uma segunda dificuldade, igualmente relevante, era a inexistência do reconhecimento de que a carreira universitária deveria ter, como seu princípio fundamental, o respeito pelas qualidades de pesquisa dos seus membros. Ao exigirem o respeito pelas realizações científicas, os pesquisadores paulistas tocavam num outro ponto muito sensível da vida acadêmica brasileira de então: os concursos para provimento das cátedras universitárias. Em 1958, numa palestra comemorativa do primeiro decênio de existência da SBPC, Maurício Rocha e Silva (1910-1983) (FIG. 12), médico de origem carioca, referia-se a esse problema com as seguintes palavras:

“Todos os degraus da carreira universitária podem ser vencidos sem maior esforço do que o de ser bonzinho para os seus superiores, de não criar dificuldades aos detentores do poder, e qualquer indivíduo se sente com as qualidades indispensáveis para ser professor universitário. Para atingir essa meta tão cobiçada, é, na maioria das vezes, suficiente que não se faça sombra aos seus superiores, que não se criem dificuldades aos que estão por cima e, sobretudo, que não se trabalhe muito, porque se pode dar mau exemplo. Para esse estado de coisas muito contribui evidentemente, o processo arcaico de concurso em voga nas nossas universidades, para a escolha dos professores universitários. Não somos contra o concurso, e a SBPC nunca se manifestou contra o concurso. O que fomos sempre, é contra o processo por que é ele realizado, onde se dá à vida do indivíduo como pesquisador, aos seus trabalhos, às suas realizações, peso igual ao de uma prova escrita de pura decoração, ou a uma aula

preparada no afogadilho, ou a uma prova prática realizada nas piores condições possíveis, materiais e psicológicas.” (SBPC 2004, p. 82)



Figura 12: Maurício Rocha e Silva

Ainda que detalhada e precisa, a descrição de Rocha e Silva deixa de mencionar uma outra característica muito típica dos concursos daquele tempo: as manobras burocráticas, as quais, em nome da legislação então existente, permitiam que fossem usados argumentos falaciosos para retardar ou impedir que certos candidatos se apresentassem. O caso de Nachbin é exemplar, pois que nos permite perceber o absurdo dessa situação. Ao final da década de 1980, Nachbin deu um depoimento onde ele conta a sua versão das dificuldades que enfrentou:

“Meu concurso para professor catedrático foi um evento curioso na minha vida profissional.

“Estava nos Estados Unidos (1948 a 1950), na Universidade de Chicago, quando, como mais ou menos eu esperava, foi aberto o concurso para professor catedrático de Análise Matemática e Superior na Faculdade [Nacional de Filosofia]. Regressando ao Brasil (1950), me inscrevi.

“Naquela ocasião, como jovem, eu achava vital fazer aquele concurso porque, se eu não o fizesse, ou se o fizesse e não ganhasse, minha carreira estava cortada. O fato é

que, por questões de política de grupo (as mesmas que forçaram a minha saída do Departamento de Matemática para o Departamento de Física), fez-se oposição política a mim e o interino recorreu contra a minha inscrição, alegando que não sendo eu licenciado, formado por uma Faculdade de Filosofia [Nachbin era engenheiro], não poderia me inscrever.

“Minha inscrição tinha sido deferida pela Direção da Faculdade por ser eu livre-docente precisamente daquela cadeira. O recurso do professor interino foi encaminhado ao Conselho Universitário. Como um professor jovem, não tinha nenhuma força, nenhum prestígio político. Mas os membros do Conselho Universitário, através sobretudo do professor Carlos Chagas Filho, batalharam e defenderam meu caso. Por unanimidade, aprovou o Conselho Universitário meu pedido de inscrição.

“Esse fato nos mostra que as dificuldades nem sempre vêm da área superior, dos órgãos superiores, mas às vezes vêm dos próprios companheiros.

“No início da minha carreira, tive muita dificuldade por não ser “licenciado em”. No caso do concurso, o interino recorreu mais uma vez e interpôs um segundo recurso. Mais uma vez, por unanimidade, o Conselho Universitário deu parecer favorável à manutenção da minha inscrição. O caso foi encerrado definitivamente, pois, do ponto de vista administrativo, após meu ganho de causa por unanimidade o interino não pôde recorrer nem ao Supremo Tribunal Federal, nem ao Conselho Nacional de Educação. Entretanto, como aquele grupo fazia oposição política a mim e a outras pessoas – Leite Lopes, Jayme Tiomno ...-, consegui engavetar o processo do concurso.”³ (Fávero 1992, pp. 314-315. Os negritos são meus.)

Oposição Velada

O grupo que fazia oposição a Nachbin era o mesmo que complicava a vida de Monteiro. Seu mais representante importante era o catedrático da disciplina Complementos de Matemática: Rocha Lagôa (1901-1957). Ao seu lado, estava José Abdelhay (1917-1996), o interino responsável pelas confusões armadas contra Nachbin. Rocha Lagôa queria que os catedráticos nomeassem os seus próprios interinos, os quais eram naquela altura contratados por indicação direta. Desse modo, Rocha Lagôa acreditava poder preservar a sua influência no interior do departamento de matemática da FNFi. Ainda que não procurasse atacar diretamente a Monteiro, Rocha Lagôa

³) O concurso de Nachbin só foi realizado em 1972, vinte e dois anos após a sua abertura.

incomodava aqueles que eram próximos do matemático português. Um evento, que marcou época na Faculdade Nacional de Filosofia, foi a defesa da tese de livre docência apresentada por Maria Laura Mousinho Leite Lopes (FIG. 13).



Figura 13: Grupo de professores e estudantes do Departamento de Matemática da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (arquivo de Maria Laura Leite Lopes).

Em 1949, ela submeteu à faculdade um trabalho, intitulado *Espaços Projectivos – Reticulados de seus sub-espaços*, redigida sob a orientação de Monteiro. No momento da defesa, Rocha Lagoa, quebrando as regras do cerimonial universitário, tomou a palavra logo no início da arguição e acusou a candidata de plágio⁴. Essa acusação gerou tumulto na sessão de defesa, levando, inclusive, a que esta fosse suspensa por alguns momentos. Ao final, e contando com a ajuda dos outros membros da banca, Maria Laura

⁴) “Houve a maior dificuldade na hora de eu defender essa tese. Por quê? Porque havia uma briga fantástica aqui no Rio entre um grupo dominado pelo Rocha Lagoa e o grupo do Leopoldo Nachbin, na verdade, o grupo do Monteiro. O Monteiro já não tinha contrato na Universidade, mas me orientou até o final; e na hora da minha defesa de tese, o Rocha Lagoa apenas disse o seguinte: professora, a sua tese é muito boa, a senhora é muito jovem, mas é um plágio, e a culpa é do seu orientador”. IN Vianna 2000.

conseguiu ter aprovado o seu trabalho. Por essa época, Monteiro estava afastado da universidade; o seu contrato, que tinha duração inicial de três anos, mas tendo que ser sacionado anualmente pelas autoridades universitárias, ainda não tinha sido renovado, o que implicava o não pagamento do seu salário:

“Lamento que não tivesse passado pelo Rio antes de partir. Gostaria de conversar consigo. Estou aborrecido com a minha situação aqui. Deixam-me uma série de meses sem vencimentos e nenhum colega do departamento faz as démarches necessárias para alterar a situação. Suponho que será sempre assim todos os anos.” (Fitas & Videira 2004, p. 239)

Além de não contar com os seus vencimentos, o que o levava a ter que pedir dinheiro emprestado, provavelmente a bancos, uma vez que, segundo Monteiro, nenhum colega ofereceu-lhe, uma vez sequer, ajuda nesse sentido, ele, em meados de 1948, temia ficar sozinho no departamento de matemática, já que os seus principais colaboradores, Leopoldo Nachbin e Maurício Matos Peixoto, deveriam partir em breve para Chicago, onde pretendiam realizar os seus doutoramentos. A situação financeira de Monteiro chegou a tal grau de insustentabilidade que ele acabou por aceitar uma oferta, feita por um dos antigos homens fortes de Vargas, João Alberto Lins de Barros (1897-1955) (FIG. 14), para trabalhar na sua companhia aérea. Outro que ofereceu ajuda a Monteiro foi Carlos Chagas Filho (1910-2000), então professor do Instituto de Biofísica, que o contratou para aí dar algumas aulas de matemática.



Figura 14: João Alberto, o segundo da esquerda para a direita.

Desistência e a Sombra do Facismo

Para Monteiro, essas ajudas, ainda que importantes, pois que lhe permitiam sobreviver, não eram suficientes; elas não passavam de paliativo diante do seu objetivo principal que era ensinar e pesquisar em matemática. Em meados de 1948, Monteiro encontrava-se desanimado e cansado. Considerava a possibilidade de emigrar novamente, cogitando, dessa feita, a possibilidade de transferir-se para os EUA, o que não fez devido às suas dúvidas com relação ao futuro político daquele país: prevaleceria o sistema democrático ou haveria uma virada facista? Uma segunda possibilidade, que ele considerava muito seriamente, talvez por que o seu amigo Beck lá estava, era a Argentina.

No entanto, não eram apenas os EUA que estavam ameaçados de adotarem políticas conservadoras. Ao final da década de 1940, ainda sob a Presidência do Gal. Eurico Gaspar Dutra, as autoridades políticas brasileiras implementaram uma política de subserviência com relação aos Estados Unidos. Ocorreu, então, uma guinada conservadora, traduzida, por exemplo, na cassação em 1947 do Partido Comunista

Brasileira, uma das agremiações políticas que mais crescia naquela época. No plano econômico, o Brasil voltou à política anterior, dominante até 1930 quando Vargas tomou poder central, e que determinava que ele se limitaria principalmente a produzir e a exportar produtos agrícolas e minerais. Quanto à política externa, o Brasil rompeu relações diplomáticas com a antiga União Soviética e passou a ser adversário dos regimes comunistas e socialistas. Em poucas palavras, o Brasil renunciou a uma política que afirmaria a sua autonomia frente ao EUA (FIG. 15). No entanto, no plano interno, essa política foi muito combatida, sendo que os cientistas brasileiros estavam entre os seus mais ferrenhos opositores. A ciência, segundo eles, deveria explicitamente se preocupar com o desenvolvimento econômico e cultural do país.



Figura 15: Visita oficial ao Brasil do Presidente Eisenhower (à esq.). Ao centro, o presidente do Brasil, o General Eurico Gaspar Dutra. À direita, o embaixador norte-americano no país.

No que diz respeito às relações com Portugal, a política externa brasileira estava interessada em manter laços cordiais e amistosos. Assim, evitava-se criticar o regime de Salazar. A razão para isso estava na preocupação brasileira de firmar um acordo ortográfico com aquele país, o que era combatido pela elites políticas e culturais portuguesas, tendo elas à frente o próprio Salazar, conforme se pode depreender das cartas que Ribeiro Couto trocava com o seu amigo e ex-embaixador em Portugal: João Neves da Fontoura. Um outro ponto de interesse entre o Brasil e Portugal era a situação dos emigrados. Em outras palavras, os dois países tinham interesse em resolver harmoniosamente a questão do estatuto político dos seus cidadãos e que tinham emigrado seja de Portugal para o Brasil, seja do Brasil para Portugal.⁵

⁵) Essa questão preocupou sobremaneira o embaixador português no Rio de Janeiro entre 1946 e 1947: PedroTheotónio Pereira.

Mas também as elites políticas e culturais brasileiras, como Pedro Calmon (1902-1985) e Capanema, também desejavam manter boas relações com Portugal. Em 1937, quando iniciou-se no Brasil a vigência do Estado Novo, forma político-administrativa inspirada nos facismos italiano e português, era claro o interesse de Capanema pela experiência portuguesa. Em carta de 06 de janeiro de 1939, o então Ministro da Educação escrevia ao embaixador português no Brasil, Martinho Nobre de Melo:

“A doutrina política e os métodos de governo ora vigentes em Portugal tiveram desde a primeira hora grande repercussão no Brasil. Sabe o meu prezado Embaixador que a obra que desde o ano de 1937 estamos realizando, no terreno da organização política e da prática governamental, se assemelha, em vários pontos, com a experiência portuguesa. As palavras do sr. Araújo Corrêa [engenheiro lusitano que havia pronunciado uma série de conferências sobre Portugal na Escola Nacional de Belas Artes no Rio de Janeiro], mostrando os resultados felizes dessa experiência, não poderiam, pois, deixar de ser para nós uma eloquente lição de estímulo.”⁶

Além da inspiração política e administrativa, Portugal representava também a possibilidade de assegurar uma unidade cultural e espiritual para o Brasil. Para Capanema e Pedro Calmon (FIG. 16), professor de História do Brasil, diretor da FNF i e reitor da Universidade do Brasil, o Brasil tinha chance de construir uma visão de mundo diferente daquela formada pelos Estados Unidos e pela Inglaterra e que havia consolidado a presença do Capitalismo, do Protestantismo, do Liberalismo, do Individualismo e do Pragmatismo. Tanto o Brasil, quanto Portugal eram países católicos e não deveriam renunciar a essa característica, sob pena de desfigurarem irremediavelmente.



⁶) Carta de Gustavo Capanema, Arquivo Gustavo Capenama, FGV/RJ.

Figura 16: Pedro Calmon, vestido com o fardão oficial dos membros da Academia Brasileira de Letras (meados da década de 1930).

Quase duas décadas depois daquelas palavras dirigidas a Nobre de Melo, Capanema, em 1957, foi escolhido para fazer um discurso de boas vindas ao então presidente português Craveiro Lopes. Suas idéias fundamentais, que ajudariam-no a compor o seu discurso, eram as seguintes:

“1. O Brasil deve a Portugal as suas duas grandes bases físicas: o território e a estirpe, e ainda o elemento por excelência condicionador da nacionalidade, que é a língua.

2. O Brasil orgulha-se da ascendência portuguesa e quer permanecer indefinidamente integrado, com Portugal e o ultramar português.

3. Esta comunidade, com todos os seus valores econômicos e espirituais (...) não foge ao sacrifício, ..., se a civilização ocidental, ameaçada pelo comunismo, correr o risco de desaparecer.”⁷

Em suma, Capanema, aqui como porta-voz (oficioso?) de uma parcela importante da intelectualidade conservadora brasileira, preocupado com os destinos da nação brasileira, queria preservar os laços com Portugal, uma vez que este teria sido o principal elemento da constituição do Brasil, o que era visto com maus olhos por outros intelectuais como o educador e sociólogo Fernando de Azevedo (1894-1974). De certo modo, para Calmon e Capanema, a aliança com Portugal significava a possibilidade de o Brasil não cair completamente dentro da esfera de influência norte-americana, uma vez que as diferenças entre os dois países ficariam evidentes. Se, naquela quadra histórica, era necessário alinhar-se com o mundo protestante, isso era devido às contingências da história. Esperava-se que o futuro propiciasse outras condições materiais e espirituais para os dois “países irmãos”.

Levando-se em consideração as idéias apresentadas acima, o Brasil em 1948 não era o local que poderia dar a Monteiro a tranquilidade e a estabilidade que ele tanto desejava. Por um lado, as pessoas de esquerda, mesmo aquelas que não estavam formalmente ligadas a associações próximas a essa região do espectro político, eram vistas com maus olhos como era percebido pelo matemático português, que havia sido proposto para ocupar um lugar como professor em Belo Horizonte, capital do estado de

⁷) Carta de Capenema ao Embaixador António de Faria de 03/06/1957. Original no arquivo Capanema, FGV/RJ.

Minas Gerais: “Li há dois dias no jornal uma moção apresentada numa Assembléia de Belo Horizonte (câmara municipal?) propondo a expulsão de todos os mal pensantes.” (Carta de Monteiro para José Leite Lopes de 03 de abril de 1949. Citado em Silva 1997, p. 118.).

Desde essa época, Monteiro sentia que as suas chances de permanecer no Brasil reduziam-se progressivamente. Pelas cartas que trocava com Beck, parece que foi, naquele ano de 1949, que ele começou a ter clareza de quais eram as causas das suas dificuldades. Se, por um lado, a sua atuação no Departamento de Matemática da FNF tinha sido muito importante para as carreiras de Nachbin, Peixoto e Maria Laura Mouzinho Leite Lopes, o que lhe angariou a animosidade de Rocha Lagoa e seus colaboradores, por outro, a mudança na direção da reitoria só veio a prejudicar-lhe ainda mais. O novo reitor, o já mencionado Pedro Calmon, nutria grande simpatia pelo regime salazarista, como se pode, por exemplo, perceber nas memórias que escreveu e nas quais relata com saudade os encontros que teve com Salazar em Portugal na altura das negociações do tratado ortográfico. Calmon integrou como membro oficial a delegação brasileira que dirigiu àquele país. Em carta de 07 de janeiro de 1949, escrita para Beck, Monteiro relatava do seguinte modo a sua situação:

“Aqui no Brasil estão démarches em curso em São Paulo e em Belo Horizonte. Tudo se faz lentamente e nada há de concreto. As dificuldades parecem-me grandes. O meu contrato foi assinado mas só até o dia 31 de Dezembro, e não será renovado por ordem superior. **Não consegui esclarecer ainda a origem de toda esta intriga.** O mais provável é que algum <<colega>> do departamento de matemática [provavelmente, o colega seria Rocha Lagoa], incomodado com os resultados da minha actuação científica, que tem levantado uma certa diferenciação de valores, intrigasse as autoridades sob o ponto de vista político e a partir daí inimigos de toda a natureza (colónia portuguesa, consulado, etc.) ajudarem à missa. (...) Tenho elementos para pensar que o Reitor, que deve ser um salazarista feroz, procedeu com grande safadeza no meio de tudo isso.” (Fitas & Videira 2004, p. 259. Os negritos são meus.)

Fora da Universidade, trabalhando na empresa aérea de João Alberto Lins de Barros e às voltas com as suas crônicas dificuldades financeiras, Monteiro chegou à conclusão de que não poderia permanecer no Brasil. As suas atenções voltam-se para a Argentina. Essa possibilidade, que acabou por se concretizar, dependia principalmente dos esforços de Beck, quem, uma vez mais, movimentou-se para encontrar uma saída adequada aos desejos e necessidades de seu amigo. Mas não se antes ter Monteiro

vivido dificuldades semelhantes àquelas que antecederam a sua partida de Portugal poucos anos antes:

“A minha situação começa a tornar-se insustentável. Tenho tudo preparado para viajar, mas não posso fazer certas coisas antes de ter o visto. Espero entretanto que depois dele chegar me seja possível terminar os meus preparativos da viagem em poucos dias.” (Carta de Monteiro a Beck de 16 de agosto de 1949 em Fitas & Videira 2004, p. 267)

Finalmente, as coisas arrajaram-se e Monteiro pôde partir do Rio para Buenos Aires no dia 30 de novembro daquele ano.

Conclusão

Ao longo dos quase cinco anos em que viveu e trabalhou no Brasil, Monteiro permaneceu enfrentou muitas dificuldades, algumas semelhantes àquelas vividas no seu país natal. Em linhas gerais, no entanto, o seu comportamento foi o mesmo dos anos 1936-1943: orientou alunos, promoveu seminários, publicou artigos, colaborou na criação de revistas e estabeleceu laços profissionais com colegas no exterior. As suas atividades foram valorizadas, recebendo o mérito que mereciam. Enquanto esteve no Brasil por parte de alguns de seus colegas e, principalmente, pelos estudantes. No dia 22 de dezembro de 1948, quando a situação de Monteiro já era crítica, o catedrático Ernesto Oliveira Júnior, leu na reunião da congregação da Faculdade Nacional de Filosofia uma moção dos estudantes favorável à renovação do contrato de Monteiro. A julgar pelos eventos subseqüentes, a moção surtiu os efeitos almejados. Essa tentativa dos estudantes também nos permite matizar um pouco certos sentimentos de Monteiro: sua solidão não era tão grande como ele descrevia em suas cartas a Beck. Afinal, ele havia conseguido atingir aqueles com os quais mais se importava: os estudantes. Como já foi observado em outras ocasiões, que analisaram e avaliaram a passagem de Monteiro pelo Brasil, a sua atuação foi fecunda. Como exemplo, ofereço o fato de que duas das mais importantes instituições de matemática no país, a Universidade Federal do Rio de Janeiro e o Instituto de Matemática Pura e Aplicada, foram construídas ou aperfeiçoadas por aqueles que trabalharam com ele: Leopoldo Nachbin, Maurício Matos Peixoto e Maria Laura Mouzinho Leite Lopes.

Enquanto esteve no Brasil, Monteiro, creio eu, foi aprisionado dentro de um círculo de preocupações cotidianas, que o impediam de ver que, a longo prazo, a situação poderia melhorar. Tal como havia acontecido na época de sua chegada, a

partida de Monteiro do Brasil coincidiu com o início de uma época de profundas mudanças no cenário científico nacional. O Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas consolidava a sua presença e, mais importante, o segundo governo Vargas, que começou em janeiro de 1951, trouxe mudanças importantes com as criações do Conselho Nacional de Pesquisas e a Comissão de Aperfeiçoamento do Pessoal do Ensino Superior. Uma nova fase inaugurava-se no Brasil. Monteiro, infelizmente, não pôde usufruir delas. Suas relações com o Brasil, ainda que não tenham se interrompido, passaram a ser mais esporádicas – o matemático português ainda voltaria duas outras vezes a esse país, ambas na década de 1950 -, ainda que relevantes como se pode perceber pela contribuição dada, agora, para a investigação em Lógica Matemática.

Retrospectivamente, não é fácil determinar o quanto a passagem de Monteiro pelo Brasil o marcou, profissional ou pessoalmente. Provavelmente pouco. Seis meses depois de sua chegada a Argentina, o Brasil já era uma recordação remota e desagradável para ele (Cf. Fitas & Videira 2004, p. 284). Para os cientistas brasileiros, em especial para os matemáticos cariocas, Monteiro permaneceu, ao contrário, como um exemplo a ser imitado.

Agradecimentos

À Professora Maria Laura Mousinho Leite Lopes pela entrevista e pelo empréstimo das imagens; à Professora Maria de Lourdes de Albuquerque Fávero pelo material bibliográfico; à Professora Amélia Império Hamburger pelas imagens existentes no arquivo do Instituto de Física da USP; ao senhor Paulino Lemos Cardoso, arquivista da Academia Brasileira de Letras, pelo acesso aos arquivos aí depositados; ao PROEDES/UFRJ pela possibilidade de consultar as atas das reuniões da Congregação da Faculdade Nacional de Filosofia; ao Professor Augusto Fitas pela referência bibliográfica e aos Professores Luís Saraiva e Maria Adelaide Carreira pelo gentil convite para participar do Simpósio comemorativo do 1º Centenário de Nascimento de Antônio Aniceto Ribeiro Monteiro. Pesquisa apoiada pelo Programa PROCiência da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Arquivos

Gustavo Capanema, Fundação Getúlio Vargas/RJ, Rio de Janeiro.

Rui Ribeiro Couto, Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro.

Arquivo Histórico do Museu do Itamaraty, Rio de Janeiro.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Lisboa.

Bibliografia

Alves, Elias Humberto: *Aspectos da Lógica Matemática no Brasil IN História das Ciências no Brasil (Vol. 3)*, Mários Guimarães Ferri e Shozo Motoyama (Coordenadores), EDUSP/EPU/CNPq, 1981, pp. 389-410.

Araújo Correia, *Realidades e Aspirações de Portugal Contemporâneo*, Edição da Federação das Associações Portuguesas no Brasil, Rio de Janeiro, 1938.

Bomeny, Helena: *Os intelectuais da educação*, Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 2003.

Botelho, Antonio José Junqueira: Da Utopia Tecnológica aos Desafios da Política Científica e Tecnológica, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, **14** (39): 139-154 (fevereiro/99).

Calmon, Pedro: *Memórias*, Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1985.

Castro, Francisco Mendes de Oliveira: A Matemática no Brasil IN *As ciências no Brasil*, Fernando de Azevedo (org.), Editora UFRJ, Rio de Janeiro, 1994, pp. 57-96.

Cervo, Amado Luiz e Clodoaldo Bueno: *História da Política Exterior do Brasil*, Editora Ática, São Paulo, 1992.

Cervo, Amado Luiz e José Calvet de Magalhães: *Depois das caravelas: As relações entre Portugal e o Brasil 1808-2000*, Ministério dos Negócios Estrangeiros/Instituto Camões, Lisboa, 2000.

Cruz, Walter O.: Em defesa da Ciência, *Ciência e Cultura*, **2** (2):121-125, 1949. (Coordenação): *Faculdade Nacional de Filosofia – Depoimentos (Vol. 5)*, PROEDES/UFRJ, Rio de Janeiro, 1992.

Dreyfus, André: Condiciones para el trabajo científico en el Brasil, *Ciencia e Investigación*, **6**: 28-30, enero 1950.

Fávero, Maria de Lourdes de Albuquerque: A Cátedra na Faculdade Nacional de Filosofia, *Educação Brasileira – Revista do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras*, **12** (24): 77-100, 1º semestre 1990.

Fávero, Maria de Lourdes de Albuquerque (Coordenação): *Faculdade Nacional de Filosofia – Depoimentos*, PROEDES/UFRJ, Rio de Janeiro, 1992.

Fávero, Maria de Lourdes de Albuquerque: A Universidade do Brasil: Um itinerário marcado de lutas, *Revista Brasileira de Educação*, Nº 10 (Jan/Fev/Mar): 16-32, 1999.

Fávero, Maria de Lourdes de Albuquerque: Da Cátedra Universitária ao Departamento: subsídios para discussão, manuscrito inédito, s.d.

Fávero, Maria de Lourdes de Albuquerque, Eloísa Guimarães e Lúcia Maria França Siano: Faculdade Nacional de Filosofia: retomada de um projeto universitário?, *Ciência e Cultura*, 41(2): 124-137, fevereiro (1989).

Fávero, Maria de Lourdes de Albuquerque, Maria do Carmo de Lacerda Peixoto e Ana Elisa Gerbasi da Silva: Professores Estrangeiros na Faculdade Nacional de Filosofia, RJ (1939-1951), *Cad. Pesq., São Paulo*, (78): 59-71, agosto de 1991.

Fernandes, Ana Maria: *A construção da ciência no Brasil e a SBPC*, Editora UNB/ ANPOCS/CNPq, Brasília, 1990.

Fitas, Augusto J. S. e António A. P. Videira: *Cartas entre Guido Beck e Cientistas Portugueses*, Instituto Piaget, Lisboa, 2004.

Hönig, Chaim e Elsa F. Gomide: Aspectos da Matemática *IN História das Ciências no Brasil (Vol. 1)*, Mários Guimarães Ferri e Shozo Motoyama (Coordenadores), EDUSP/EPU/CNPq, 1979, pp. 35-60.

Kaplan, Sheila: *Maurício Matos Peixoto – Em busca da beleza matemática*, *Ciência Hoje* 39 (232): 58-63, novembro de 2006.

Lopes, José Leite: *Universidade Brasileira*, Fundação Memorial da América Latina, São Paulo, 1998.

Lopes, José Leite: *Unificando as Forças da Natureza/entrevistado por Jesus de Paula Assis*, Editora UNESP, São Paulo, 2001.

Malin, Mauro, Dutra, *Eurico Gaspar (Verbete Biográfico)*, DHBB, CPDOC/FGV-RJ, <http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/>, Rio de Janeiro, s.d. (acessado em 08 de maio de 2007).

Martins, Fernando Manuel Santos: *Pedro Thetônio Pereira: Uma Biografia (1902-1972)*, Tese de Doutorado em História, Universidade de Évora, Évora, 2004.

Morais, Régis de: *História e Pensamento na Educação Brasileira (Contribuição de Tristão de Athayde)*, Papirus, Campinas, 1985.

Nachbin, Leopoldo: The Influence of António A. Ribeiro Monteiro in the Development of Mathematics in Brazil, *Portugaliae Mathematica*, **19** (nº 1-4): XV-XVII, 1980.

Rosas, Fernando: O Estado Novo (1926-1974) (Vol. 7) IN *História de Portugal* (Direcção de José Matoso), Círculo de Leitores, Lisboa, 1994.

Nosso Século: 1945/1960 A Era dos Partidos, 1ª Parte, Abril Cultural, São Paulo, 1985.

Schwartzman, Simon: *Formação da Comunidade Científica no Brasil*, Ed. Nacional/FINEP, Rio de Janeiro, 1979.

Schwartzman, Simon (Organizador): *Universidades e Instituições Científicas no Rio de Janeiro*, CNPq, Brasília, 1982.

Schwartzman, Simon: *Um Espaço para a Ciência – A Formação da Comunidade Científica no Brasil*, MCT, Brasília, 2001.

Silva, Circe Mary Silva da: António Aniceto Ribeiro Monteiro (1907-1980) no Brasil, *Anais/Actas do 2º Encontro Luso-Brasileiro de História da Matemática e Seminário Nacional de História da Matemática*, pp. 113-121, Sérgio Nobre (Editor), Águas de São Pedro, 1997.

Silva, Circe Mary Silva da: Formação de Professores e Pesquisadores de Matemática na Faculdade Nacional de Filosofia, *Cadernos de Pesquisa*, nº 117: 103-126, novembro/2000.

Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência: *Fundação e Primeiros Movimentos (1948-1958)*, Cadernos SBPC 7 (Coleção Memória SBPC), SBPC, São Paulo, 2004.

Souza, Alberto Alexandre: Professor Paulo de Assis Ribeiro, *Revista Brasileira de Estatística*, **35** (138): 261-266, abr/jun 1974.

Vianna, Carlos Roberto: *Vidas e Circunstâncias na Educação Matemática*, Tese de Doutorado em Educação, USP, São Paulo, 2000.